

# PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA

---

## **Objetivo Geral**

Proporcionar ao participante a melhor compreensão dos institutos jurídicos relativos ao Direito de Família, através da exposição dos princípios constitucionais e de noções das normas vigentes e de sua interpretação pelos Tribunais, em vista da dinâmica social atual e das mudanças culturais do novo século.

## **Objetivos Específicos**

- Conhecer os princípios fundamentais de Direito de Família e o Código Civil Brasileiro no tocante ao Livro de Direito de Família e demais normas civis aplicáveis ao Direito de Família, além do entendimento jurisprudencial
- Entender o instituto do casamento e a união estável em suas formas e consequências, no direito pessoal e patrimonial, analisando suas diferenças e semelhanças e as novas possibilidades de relacionamentos afetivos com repercussão no Judiciário
- Analisar as formas, judicial e extrajudicial, de término da sociedade conjugal e do casamento, suas consequências pessoais e patrimoniais
- Conhecer as novas propostas legislativas de Direito de Família recentemente sancionadas ou em trâmite no Congresso Nacional
- Compreender as formas de guarda dos filhos em decorrência dos direitos das crianças ao convívio familiar
- Verificar a obrigação alimentar como decorrência dos direitos das crianças ao crescimento saudável
- Reconhecer a possibilidade e os limites da aplicação, no Direito de Família, do Estatuto da Criança e Adolescente; da Lei Maria da Penha; de Convenções e Tratados internacionais e demais leis protetivas da Infância e Juventude e da Família como um todo
- Reconhecer a paternidade socioafetiva e suas consequências e as responsabilidades geradas pela paternidade biológica natural e artificial
- Estabelecer o alcance da aplicação de indenização por danos morais no Direito de Família

## **Metodologia**

Aula expositiva, utilização de texto legal, leitura de artigos e estudo de casos.

## **Conteúdo Programático**

- O novo Direito de Família
  - O afeto como objetivo principal da família do novo século
  - Princípios fundamentais aplicáveis no Direito de Família
  - A interpretação da norma e aplicação do direito na ausência de legislação específica

- Casamento e União Estável
  - Consequências patrimoniais
  - Direitos e deveres entre os cônjuges e companheiros
  - União estável: reconhecimento, prova, repercussão patrimonial
  - Reconhecimento pela legislação previdenciária de outras formas de relacionamentos afetivos
  - Interpretação do Judiciário quanto a outras formas de união afetiva
- Separação, Divórcio e Dissolução da União Estável
  - Formas de término da sociedade conjugal e do casamento
  - Responsabilidades adquiridas com o término da sociedade conjugal, do casamento e da união estável
  - Divisão do patrimônio
  - O dano moral nas relações familiares
  - Projetos de nova legislação em trâmite
- Guarda dos filhos
  - O poder familiar – obrigações e direitos; sua perda de fato e de direito
  - Guarda unilateral
  - Guarda compartilhada
  - Decisões relevantes sobre os filhos a serem tomadas pelos pais que detenham o poder familiar (escolha de escola, educação religiosa, tempo de convívio, atividades esportivas, autorização para viagens) e a participação do Judiciário
  - Direitos e obrigações do genitor afastado do convívio com os filhos
  - Formas para cumprimento do direito ao convívio
- Alimentos
  - Prestados pelos pais
  - Prestados pelos avós
  - Alimentos na gravidez
  - Redução ou majoração da pensão
  - Pagos após a maioridade
  - O cumprimento e a execução da obrigação alimentícia
- Leis protetivas da família
  - Estatuto da Criança e Adolescente e sua aplicação em Varas de Família
  - Convenções e Tratados internacionais – princípios e normas internacionais que devem ser aplicados no Brasil
  - Lei Maria da Penha – constitucionalidade e aplicabilidade em Varas de Família

- Paternidade
  - O processo judicial e o reconhecimento extrajudicial
  - Inseminação artificial e consequências legais
  - Paternidade socioafetiva e suas consequências
  - O processo judicial e a produção de provas; o reconhecimento extrajudicial
  - O dano moral e a filiação

### **Bibliografia Indicada**

Constituição da República Federativa do Brasil

Código Civil

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90

Lei Maria da Penha - Lei nº 11340/06

Declaração dos Direitos da Criança

Convenção de Haia

**Carga horária: 20 horas**

**Atualização: 05/08/2009**

**Revisão: 04**

**Total de páginas: 03**